

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2024.

A licitante **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: **34.775.521/0001-32**, sediada na Rua CONSELHEIRO LAURINDO, N° 600 SALA 606 ANDAR 06 COND CAPITALTORRE CENTRO – CEP 80060-100 – CURITIBA – PR, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) **KARLA CAROLINE BARBOSA**, portador(a) da RG n.º RG n.º 10.312.706-8 expedido pelo I.I./PR e do CPF n.º 094.023.979-57, vem por meio deste, com fundamento na Lei 14.133, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa **URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, pelos fundamentos que passa a expor:

DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Bocaiuva do Sul, instaurou o processo administrativo de Pregão Eletrônico para contratação de empresa privada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano do município de Bocaiúva do Sul/PR.

A empresa **URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** recorreu, requerendo a desclassificação da empresa **VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS**, ora recorrida, alegando em apertada síntese que a sua proposta seria inexequível.

1- DO PLENO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL PELA EMPRESA RECORRIDA

A empresa recorrente aduz que a empresa recorrida teria apresentado justificativa à exequibilidade da sua proposta que não conduziria a uma verdade, apesar do cumprimento do edital no que diz respeito a apresentação de planilha exequível.

Entendeu a recorrente, subjetivamente, em que pese a decisão do pregoeiro, que a justificativa seria deficitária, o que é um ledô engano.

Alegou a ausência de alguns elementos como adicional de insalubridade que impactaria no base de cálculo mensal, de ganho futuro. Aduziu que a proposta da recorrida não atenderia ao que se entende como exequível, que trata das regras de julgamento das propostas.

A recorrida, anteriormente, foi instada a apresentar sua justificativa de preço nos termos do edital, aportando nos autos do processo administrativo documento específico

onde a mesma abre a composição de custos de sua proposta, **item a item, centavo a centavo de Real, demonstrando estar viável o seu valor**, e a sua proposta, tanto é verdade que apesar de todo o esforço da recorrente em induzir em erro Vossa Senhoria, a **lucratividade da proposta apresentada e tão questionada é positiva!**

A tentativa aposta nas razões de recurso, que seguem o caminho dos “preços inexequíveis” é o último expediente do licitante perdedor, quando busca reverter o resultado da licitação cuja proposta vencedora não conseguiu superar. A recorrente sabe disso, senhores(as)!!!

Neste passo, a fim de que a prerrogativa deferida ao licitante possa ser exercida de modo eficaz, necessário se faz que os parâmetros a partir dos quais será aferida a inexequibilidade sejam de seu conhecimento, do que decorre que tais parâmetros devem estar devidamente descritos em edital, obrigatoriedade que, ademais, decorre do art. 40, VII da Lei de Licitações; descrito no edital a apresentação de justificativa o que cumprido a contento pela recorrida, ilegítima seria a sua desclassificação.

De fato, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executá-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade.

Importa saber, evidentemente, se a vencedora, ora recorrida, tem ou não condições de manter a execução do contrato com os preços oferecidos, o que se garantiu desde a sua submissão às regras do edital, não se está discutindo com uma empresa que iniciou suas atividades ontem, mas com uma pioneira na prestação de coleta de resíduos urbanos e demais serviços descritos no bojo do processo licitatório; ora, até a licitadora já foi cliente da recorrida em nada desabonando-a quando da prestação dos serviços no passado.

Ora, para que uma proposta seja de fato declarada inexequível, atualmente, deverá ser comprovada que contém preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços e salários de mercado, o que não logrou a recorrente demonstrar, ao contrário, a recorrida não apresentou qualquer justificativa para a inexequibilidade no qual tanto se menciona.

Diz-se isso diante do fato de que a regra geral determina que a Administração priorize o menor preço, o que leva a desclassificação por inexequibilidade, nos dias atuais, ser exceção...

Dito de antemão, se via de regra os questionamentos realizados pela recorrente fossem índices e exequibilidade, a mesma também deveria ser desclassificada **mediante seus próprios parâmetros**, pois a mesma apresentou **35% de desconto** durante o processo. O que sabemos que não pode ser possível, pois exequibilidade da proposta é apresentada e comprovada atrás de fatos reais e não meras porcentagens que não refletem os verdadeiros parâmetros dos serviços a ser executado.

Cumprе esclarecer, que de acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1º, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e são compatíveis com a execução do objeto do contrato, requisitos que constam no presente caso, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação e comprovadas a posteriori pela recorrente.

Conforme Marçal Justen Filho, “A desclassificação por inexecuibilidade apenas pode ser admitida como exceção, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias”. Ainda, ao apresentar argumentos contrários à desclassificação por inexecuibilidade, o autor descreve a distinção entre inexecuibilidade absoluta (subjativa) e relativa (objetiva):

A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa (...).

Mais à frente, referindo-se à responsabilidade do particular pela proposta apresentada, o autor leciona que:

(...) Mais ainda, um particular plenamente capaz pode dispor de seus bens, inclusive para lançar-se em empreitadas econômicas duvidosas. Poderá assumir riscos, de que derivarão prejuízos. Não é cabível que o Estado assuma, ao longo da licitação, uma função similar à de curatela dos licitantes. Se um particular comprometer excessivamente seu patrimônio, deverá arcar como insucesso correspondente (...).

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta vencedora, não há qualquer violação da recorrida ao Edital, uma vez que os preços praticados na proposta da recorrente são perfeitamente adequados e exequíveis, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado, conforme estimados no ato convocatório e demonstrados em sua justificativa com margem lucrativa positiva, e uma vez que não há critério que tenha sido estabelecido no edital deste pregão que fundamente o recurso da recorrida.

No que diz respeito ainda ao adicional de insalubridade apresentado, a recorrente parece desconhecer os instrumentos coletivos praticados dentro do estado do Paraná, vejamos dentro da própria convenção coletiva da SIEMACO, no que diz respeito ao pagamento do adicional de insalubridade:

*PARÁGRAFO QUINTO – Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) ao coletor, inclusive de resíduos vegetais, bem assim àqueles que trabalhem em limpeza de “fundo de vale e córregos”, ao controlador de vetores e aos desinsetizadores e, em grau médio (20%) ao varredor, **calculando-se sempre referido adicional sobre o valor do salário-mínimo nacional**, que servirá de base para o cálculo de toda e qualquer insalubridade. O pagamento do adicional de insalubridade, na forma aqui estipulada, será devido a todos os coletores e varredores da limpeza pública,*

*independente da população do Município atendido e da natureza/composição dos materiais coletados e varridos.
(PR000232/2024 – SIEMACO)*

Assim o cálculo resulta no seguinte resultado:

R\$ 1.412,00 * 40% = R\$ 564,80

Apesar do desconhecimento por parte da recorrente, inexistem quaisquer indícios de inexecutabilidade no que se diz respeito ao pagamento do adicional de insalubridade.

Assim sendo, não pode a Licitadora se afastar das suas próprias regras contidas no edital de licitação, este que de acordo com a legislação correlata, devendo aplicar as exigências nele contidas e classificar ou habilitar aqueles que as cumprirem como é o caso da recorrida que apresentou todos os documentos solicitados, bem como comprovou sua exequibilidade, não sendo discutível o seu passivo constante na documentação apresentada que em nada reflete no futuro cumprimento do contrato a ser firmado por ela, absolutamente!

Do exposto, então, devem ser julgadas improcedentes, também, estas razões da arguida de maneira desesperar pela recorrente, sem qualquer fundamento e sem qualquer previsão no instrumento convocatório.

DA AUSENCIA DE ASSINATURA DIGITAL NO RECURSO APRESENTADO PELA COOPAS

Em dedicada análise ao edital para participação da seleção pública, temos a fastida exigência de que todos os documentos devem ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração.

14.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 14.1.

Ou seja, de acordo com o que foi praticado durante todo processo de seleção pública, somente se admite documentos originais, autenticados, digitais com possibilidade de verificação online ou assinado certificado digital com protocolo de assinatura ICP Brasil.

E com recurso não pode ser diferente, para interpor recurso via e-mail ou plataforma é indispensável que o mesmo seja assinado com certificado digital com protocolo de assinatura ICP Brasil caso contrário, não deve ser reconhecido.

No caso em tela, vemos que a empresa recorrente apenas inseriu uma foto da assinatura digital no recurso, sem nem mesmo rubricar as demais folhas e sem nenhuma possibilidade de verificação ou comprovação de sua veracidade ou que quem recorreu foi mesmo a empresa qualificada no preâmbulo, ainda não obstante de tudo, a assinatura possui a data de 10/11/2023, ou seja nem mesmo foi realizado no ato do processo licitatório.

JEAN CARLOS
GUIMARAES:409193231
20

Assinado de forma digital por
JEAN CARLOS
GUIMARAES:40919323120
Dados: 2023.11.10 12:57:34 -03'00'

Sendo assim, diante da ausência de assinatura na peça recursal, a mesma **NÃO DEVE SER RECONHECIDA**, nos termos do instrumento convocatório.

Ante o exposto, com base nos fundamentos legais e nos princípios que norteiam as licitações, o recurso interposto pela empresa **URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, **NÃO DEVE SER CONHECIDO**, ante a ausência de assinatura digital com protocolo de assinatura ICP Brasil, não se admitindo qualquer fundamento contraria, uma vez que **TODA PESSOA JURIDICA POSSUI CERTIFICADO DIGITAL**.

DO PEDIDO

Diante ao exposto, tendo em vista que a contrarrazoante atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, **REQUER** que **sejam conhecidas as presentes CONTRARRAZÕES** e declarada a total **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO**, através do indeferimento do pleito da empresa recorrente **URBAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, **por ausência de fundamentação legal ou jurídica e total ausência de comprovação que possam conduzir a reforma da decisão proferida pelo Presidente da Comissão.**

Isto posto, requer-se **seja mantida a decisão que houve por bem declarar a proposta da empresa VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA aceita e habilitada**, sendo declarada vencedora da presente seleção pública, por atender expressamente as exigências do edital e da legislação.

Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes contrarrazões, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa

Termos em que
Pede e Espera do deferimento.

Curitiba/PR, 25 de março de 2024.

VERNASCE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 34.775.521/0001-32
KARLA CAROLINE BARBOSA
CPF nº 094.023.979-57